

20. Apoio Financeiro - Fator de Coesão Territorial – Apoio a Freguesias.

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, proposta de atribuição de apoio financeiro correspondente ao Fator de Coesão Territorial, no ano de 2024, às Juntas de Freguesia do Concelho de Braga, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. Tudo de acordo com os documentos que fazem parte do respetivo processo.

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: Fator de Coesão Territorial – Apoio a Freguesias

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as Freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às Freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que o reforço da autonomia local é concretizado não só através da descentralização de competências da Administração direta e indireta do Estado para as autarquias locais e para as suas estruturas associativas, mas também através da redistribuição de competências entre a Administração autárquica;

Considerando que para fazer face às necessidades das Freguesias do concelho de Braga, além dos recursos financeiros providenciados pela administração central, a Câmara Municipal de Braga, no âmbito da delegação de competências realizada com as Freguesias, providenciava um valor adaptado a cada e determinada freguesia correspondente ao **Fator de Coesão Territorial**;

Considerando que, com a celebração dos novos autos de transferência, cuja minuta foi aprovada em Assembleia Municipal a 12 de maio de 2023, sob proposta aprovada em reunião de Câmara a 18 de abril de 2023, os recursos financeiros afetos às transferências passam a ser pagos às Freguesias diretamente pela Direção-Geral das Autarquias Locais, nos termos do art.º 6º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, através de transferências financeiras efetuadas em duodécimos;

Considerando que, no âmbito de um processo negocial entre o Município e todas as Freguesias do concelho de Braga, acordou-se fixar um valor denominado “**Fator de Coesão Territorial**”, a ser pago pelo Município à Freguesia, tendo em consideração a realidade específica de cada Freguesia de modo a que todas as 62 Freguesias, consoante sejam urbanas ou não urbanas, do concelho beneficiem das mesmas competências e, em termos proporcionais, de recursos equivalentes, tendo em atenção as particularidades de cada área territorial, e como fundamento a caracterização de cada uma das Freguesias, tratando de forma diferente as realidades que são diferentes, no contexto do concelho;

Considerando que o Fator de Coesão Territorial assumido a partir de 2014 tem como base o anterior apoio atribuído denominado “subsídio complementar” que foi sofrendo ajustes e atualizações desde então;

Considerando que o valor transferido pela DGAL não contempla o montante correspondente ao Fator de Coesão Territorial, até então transferido pela Câmara Municipal, de acordo com os valores constantes da tabela em anexo (anexo 1);

Considerando que a Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação dos valores correspondentes ao Fator de Coesão Territorial, previamente articulados com as Freguesias do concelho de Braga, e cujos montantes e respetiva distribuição constam da tabela em anexo (anexo 1), tendo já estes mesmos valores sido aprovados pelos órgãos autárquicos nos anos transatos;

Considerando que por questões de estabilidade financeira das Juntas de Freguesia os valores se devem manter até ao final do presente mandato autárquico;

Considerando que após o volume de investimento substancial e significativo que mitigou muitas das assimetrias territoriais e em diálogo com as Juntas de Freguesia haverá condições para se atualizar e rever este apoio específico.

Considerando o interesse público subjacente à atribuição deste Apoio Financeiro, e que o mesmo constitui uma mais valia para a população das Freguesias,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio correspondente ao Fator de Coesão Territorial, no ano de 2024, às Juntas de Freguesia do Concelho de Braga, de acordo com distribuição descrita na tabela em anexo (anexo 1).**

Braga, 26 de Janeiro de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Anexo 1

FREGUESIAS	
	Fator de coesão territorial
	Valor €
ADAÚFE	22 314,00 €
ARENTIM E CUNHA	29 745,00 €
CABREIROS - PASSOS S. JULIÃO	49 872,00 €
CELEIRÓS AVELEDA E VIMIEIRO	36 000,00 €
CRESPOS E POUSADA	52 198,00 €
ESCUDEIROS, PENSO S. VICENTE E S. ESTEVÃO	60 272,00 €
ESPINHO	18 894,00 €
ESPORÕES	22 723,00 €
ESTE S. PEDRO E S. MAMEDE	29 340,00 €
FIGUEIREDO	13 862,00 €
GUALTAR	20 000,00 €
GUISANDE E OLIVEIRA S. PEDRO	40 692,00 €
LAMAS	16 588,00 €
LOMAR E ARCOS	25 080,00 €
MAXIMINOS, SÉ E CIVIDADE	3 690,00 €
MERELIM S. PAIO, PANOIAS E PARADA DE TIBÃES	48 665,00 €
MERELIM S. PEDRO E FROSSOS	25 865,00 €
MIRE DE TIBÃES	4 810,00 €
MORREIRA E TRANDEIRAS	41 670,00 €
PADIM DA GRAÇA	10 213,00 €
PEDRALVA	22 440,00 €
PRISCOS	25 905,00 €
REAL, DUME E SEMELHE	32 410,00 €
RUILHE	20 168,00 €
SANTA LUCRÉCIA DE ALGERIZ E NAVARRA	41 270,00 €
SEQUEIRA	25 204,00 €
S. VICENTE	3 690,00 €
SOBREPOSTA	11 017,00 €
TADIM	18 931,00 €
TEBOSA	22 600,00 €
VILAÇA E FRADELOS	31 814,00 €
TOTAIS	827 942,00 €